

Teoria como tradução: anotações à epistemologia das ciências humanas a partir da Teoria da Tradução de Walter Benjamin

Josias José Freire Jr.,
da Faculdade Suldamérica - Goiânia
freire.josias@gmail.com

Resumo: Neste artigo discutirei alguns elementos da teoria da tradução de Walter Benjamin com objetivo de atualizar, *traduzir* alguns de seus conceitos de teoria da linguagem e da tradução para as reflexões epistemológicas das ciências humanas. Tendo por base seu célebre ensaio sobre a Tarefa do Tradutor, ampliaremos seu tema à sua teoria da linguagem visando considerar desafios e perspectivas às epistemologias das ciências humanas elegendando a teoria do conhecimento histórico como paradigma. Naturalmente não limitaremos a pluralidade de perspectivas teóricas das ciências humanas contemporâneas apenas à teoria da história, ao contrário, a temática da teoria conhecimento histórico deve figurar como possibilidade de abrir perspectivas em outras áreas do saber, partindo do pressuposto de que as ciências humanas versam a partir de discursos diferenciados sobre as mesmas problemáticas – as interferências, aberturas transdisciplinares são o próprio tema da teoria benjaminiana da tradução, como veremos.

Palavras-chave: Teoria; tradução; epistemologia.

*“Admite-se com isso, evidentemente, que
toda tradução é apenas um modo algo
provisório de lidar com a estranheza [...]”.*
(BENJAMIN, Walter. *A Tarefa do Tradutor*. 2011, p. 110)

O filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940) desenvolveu ao longo de sua complexa e plural obra filosófica uma peculiar e intensa filosofia da linguagem. Sua obra foi recebida, e ainda o é frequentemente, no interior de diversos campos do saber, mas inda de forma muito específica, fragmentada.¹ Nossas considerações a seguir propõem apresentar alguns elementos

1. Para recepção da obra benjaminiana em geral: (SELIGMANN-SILVA, 1999, p. 15 e GAGNEBIN, 1999, p. 01), para a recepção brasileira: PRESSLER, 2006.

específicos e complexos da teoria da tradução de W. Benjamin – partindo do seu célebre prefácio sobre a tarefa do tradutor e de sua teoria da linguagem – com objetivo de apresentar algumas considerações mais específicas ao campo da teoria do conhecimento histórico e, mais gerais, acerca da atualidade de sua filosofia para os campos do saber que se voltam ao conhecimento dos fenômenos humanos.

Nossos encaminhamentos finais apontarão para o dado elementar das formas de conhecimento atualmente chamadas de ciências humanas: a estranheza, a disjunção original que o que é humano oferece ao pesquisador jamais poderá ser normalizada, tal como a tradução se volta ao que está para além da própria linguagem – e o que unicamente poderia ser chamado de essencial. Qualquer conhecimento daqueles campos e suas teorias particulares devem partir do caráter inapreensível último de seus “objetos” como próprias condições de sua possibilidade.

O ensaio *A Tarefa-Renúncia do Tradutor (Die Aufgabe Des Übersetzers)* (BENJAMIN, 2011; BENJAMIN, 2001) foi escrito em 1921 e publicado em 1923, como prefácio da tradução da obra *Tableaux parisiens* de Charles Baudelaire, tradução realizada por Benjamin nesse período (BENJAMIN, 2000, p. 263). Nossos comentários acerca deste texto terão como centro a filosofia da linguagem que serve de apoio à apresentação dos temas centrais do ensaio de Benjamin: a tarefa do tradutor e o problema da tradução. Aqui a luz deste texto só poderá ser captada pelas frestas do inteligível – talvez traindo o próprio tema do texto: o apego à materialidade literal é a nossa única alternativa frente a este texto imensamente rico e difícil.

Nossa discussão se desenvolverá a partir de três momentos. Estes momentos são temas que foram demarcados no interior do ensaio sobre a tarefa do tradutor para tornar seu comentário menos dependente das metáforas benjaminianas, isto é, apresentar as ideias de Walter Benjamin contidas neste ensaio de maneira um pouco mais inteligível para nosso contexto e ao mesmo tempo aumentar as possibilidades de articulá-las com as discussões que nos propomos. Em primeiro lugar comentaremos a relação da obra original com a obra traduzida, relação que Walter Benjamin qualifica como uma relação *vital*, isto é, a tradução pode funcionar como continuação enquanto desdobramento da vida do original, a tradução autêntica aparece como procedimento que, enquanto *tarefa*, pode revelar algo da verdade acerca da obra original.

Em seguida comentaremos sobre a relação entre linguagem do original e língua da tradução no intuito de elucidar a peculiaridade da ideia de que a tradução pode revelar algo de ruptura, de estranheza imanente ao original.

No terceiro momento de nossos comentários apresentaremos de que maneira, para Walter Benjamin, aqueles aspectos essenciais da linguagem que se revelam a partir de uma tradução autêntica é um conceito de linguagem que confere um novo estatuto, uma especial “dignidade”, não apenas a linguagem, mas também ao ramo que compartilha da mesma raiz que a linguagem, o conhecimento humano.

A tradução para Walter Benjamin não se destina ao leitor (BENJAMIN, 2001, p. 191), pois seu objetivo não é comunicar algum conteúdo, nem mesmo comunicar algo do original (BENJAMIN, 2001, p. 189). Contra a concepção de tradução como comunicação de conteúdos presentes no original Walter Benjamin apresenta um conceito de tradução que, para ser compreendido em sua complexidade, se deve voltar ao original, que possui tão somente a “lei formal” da tradução (DERRIDA, 2006), este retorno ao original se legitima em um índice pertencente a ele, que Benjamin chama de “traduzibilidade”. Nas palavras do crítico alemão: “A tradução é uma forma. Para compreendê-la como tal, é preciso retornar ao original. Pois nele reside a lei dessa forma, enquanto encerrada em sua traduzibilidade” (BENJAMIN, 2001, p. 191).

A tradução enquanto forma reside no original, então é o original que deve ser visado se quisermos apresentar uma ideia autêntica – em oposição à “má tradução” (BENJAMIN, 2001, p. 191). O que determina a possibilidade da tradução – a lei de sua forma – encerra-se na traduzibilidade da obra. Para Benjamin a traduzibilidade, índice essencial no original, determina a tradução e a permite relacionar-se com o original – uma relação íntima, mas que não determina o original, senão naquilo que lhe sobrevive (posto residente em seu caráter essencial): para Benjamin a tradução visa o original essencialmente – mesmo a tradução não sendo essencial ao original – na continuação de sua vida: “Pois a tradução é posterior ao original e assinala, no caso de obras importantes, que jamais encontram à época de sua criação seu tradutor de eleição, o estágio de continuação de sua vida” (BENJAMIN, 2001, p. 193). A tradução revela no original a continuação de sua vida, caso esse original, a tradução se relaciona ao original a partir da continuação de sua vida: reside sobre algo posterior à época do original, algo que na época

do original, ainda não era acessível: por isso se relacionam, são possíveis e desdobram a partir da continuação da vida, da sobrevivência, da sobrevida, e não da vida do original, lá de sua época.

Desta forma fica evidente que para Walter Benjamin a tradução se relaciona com o original a partir da possibilidade de ultrapassar a vida desse: nas traduções “[...] a vida do original alcança, de maneira constantemente renovada, seu mais tardio e vasto desdobramento” (BENJAMIN, 2001, p. 195). Na tradução algo para além da vida – que é caracterizado por sua constante renovação – do original se realiza, tardiamente – em momento posterior a sua vida, posterior a sua época, momento de sua sobrevida – e, vastamente: maior que o original, mais extenso, mas, mais importante, mais intenso – trata-se da vastidão mutável, tardia, daquela vida. A ideia de vida das obras não é uma metáfora, não se refere à vida meramente orgânica e muito menos a qualquer tipo de vida psicológica – não “trata-se de estender o império da vida sob o débil cetro da alma [...]” (BENJAMIN, 2001, p. 193). O “domínio da vida” só pode ser determinado *a partir* da história (BENJAMIN, 2001, p. 193): trata-se aqui – na relação *vital* entre a língua do original e a língua da tradução – não “tanto da sua vida quanto de sua sobrevivência” (BENJAMIN, 2001, p. 193). Na “vida mais vasta”, a história, a tradução se relaciona com a vida do original, naquilo que esta vida tem de sobre- e de continuação da vida [*Über-* e *Fortleben*]. A imagem da vida aparece neste momento para assinalar que é onde a vida encontra a história – na morte, no inumano, no inefável, ou, como preferimos, naquilo que ela tem de transitório, de *passadidade* e de esquivo – é onde o original continua, ou melhor, se *apresenta* – se torna, transforma presente – na tradução. A sobrevivência das obras é assim a pós-vida de seu original na tradução:

A insistência com que Benjamin fala da sobrevivência (*Überleben*), da continuidade da *vida* (*Fortleben*) e do renascer da obra (*Aufleben*) nas potenciais traduções é, na verdade, índice invertido da presença da morte em toda dimensão vital,² uma vez que se trata não tanto da vida (*Leben*) em si, mas de algo que a faz ultrapassar (*Über*), avançar (*Fort*) ou elevar (*Auf*) para além de um certo limite. (LAGES, 2002, p. 221)³

2. Mais um tema fundamental presente no conceito de história de Walter Benjamin que tem sua *origem* nas considerações acerca da linguagem.

3. A confrontação com as palavras do original foi possível graças à tradução bilíngue de Susana K. Lages.

Aquilo que W. Benjamin mostra na vida, melhor, na continuação da vida, do original é algo que pertence à “esfera” da vida, mas é diferente dela, pois pertence a uma “esfera mais elevada” da vida; aquilo que mudando – como vida que é – lhe permanece: “Todas as manifestações finalistas da vida, bem como sua finalidade em geral, não são conformes, em última instância, às finalidades da vida, mas à expressão de sua essência, à exposição de seu significado” (BENJAMIN, 2001, p. 195). Qual a essência da sobrevida do original que a tradução *tende* a expressar? “[...] O mais íntimo relacionamento das línguas entre si” (BENJAMIN, 2001, p. 195). Esta apresentação essencial – “mediante a tentativa” é, de acordo com Benjamin “intensiva”, uma “atualização germinal” que “dificilmente pode ser encontrada no âmbito da vida não-lingüística [*Sprachlicher Leben*]” que “constitui uma convergência muito particular [...]. Consiste no fato de que as línguas não são estranhas umas às outras, sendo *a priori* – e abstraindo de todas as ligações históricas – afins naquilo que querem dizer” (BENJAMIN, 2001, p. 195). Há algo de essencial nas línguas, que as apresenta como não totalmente estranhas entre si: a parte os desdobramentos, está é a única constatação acerca do essencial, que não se comunica, nem é apreensível, apenas por aproximação, na operação da tradução.

A tradução de acordo com W. Benjamin não pode determinar o original, ao passo que apenas revela sua sobrevivência, sua sobre-, sua pós-vida enquanto continuação – que não é progresso, visto que está história é a história da vida da obra – do original. O caráter histórico dessa vida – que se apresenta pelo caráter vital da história – do original é a sua sobrevivência – “nas gerações posteriores” – e nela a continuação da sobrevida é eterna pois, de acordo com Benjamin, na tradução a atmosfera alcançada pelo original interdita a eternidade de sua vida para garantir outra vida, não tanto vida, mas história, em termos benjaminianos:

Na tradução o original evolui, cresce, alçando-se a uma atmosfera por assim dizer mais elevada e mais pura da língua, onde, naturalmente, não poderá viver eternamente [*in welchem es freilich nicht auf die Dauer zu leben vermag*], como está longe de alcançá-la em todas as partes de sua figura, mas à qual no mínimo alude de modo maravilhosamente penetrante, como o âmbito predestinado e interdito da reconciliação e da plenitude das línguas. Jamais o original o alcança até a raiz, integralmente: mas nele está tudo aquilo que numa tradução ultrapassa a mera comunicação. (BENJAMIN, 2001, p. 201)

O que a tradução tenta para além da vida do original renova essa vida pela apresentação daquilo que é essencial, já presente no original, ainda não revelado: “reconciliação” e “plenitude” [*Versöhnungs* e *Erfüllungsbereich*] das línguas, um âmbito “predestinado” e “interdito” [*vorbestimmten* e *versagten*]. Reconciliação predeterminada, plenitude interdita. A tradução no interior da sobrevida da língua do original se faz, se determina e se desdobra a partir destes termos.

A relação entre tradução e original é marcada pelo lugar reservado ao original. Sua importância não está em ser *gênese*, e sim em marcar a *passagem* (*origem-Ursprung*) – a possibilidade desta passagem, na verdade – entre dois momentos, entre línguas, entre épocas... É sobre esta *passagem* que o texto sobre a tarefa-renúncia do tradutor se desdobra. A traduzibilidade é o índice que determina – no sentido de medir a possibilidade – essa passagem. Nas esclarecedoras palavras de Susana Lages: o conceito de traduzibilidade

Pressupõe, por um lado, a aceitação de uma distância, de uma separação de um fundo textual reconhecido como anterior, por definição, inapreensível em sua anterioridade; por outro, implica a destruição voluntária desse texto anterior e sua reconstituição, em outro tempo, outra língua, outra cultura, enfim em uma situação de alteridade ou outridade radical. (LAGES, 2002, p. 204)

A traduzibilidade inerente à linguagem do original indica a possibilidade de sua destruição em favor de sua continuação; traduzibilidade aparecerá na filosofia da história como atualização, tem algo a ver com a destruição como pressuposto da criação e como possibilidade, inerente à vida linguística da obra – o que tem de vida na língua do original – de mudar para nascer, com outra configuração, em favor de algo que talvez seja uma verdade não-revelada na não problematidade da língua adequada ao sentido do original. Destruição que visa brechas entre a harmonia da língua do original para, talvez, entrever ali, algo já obscurecido pelo *status* da língua original. Ainda de acordo com S. Lages as reflexões de Benjamin apareceram em uma tradição específica, que “trazem aportes importantes para a moderna reflexão sobre a linguagem, preocupada em explorar a linguagem como via privilegiada e determinante para nosso conhecimento do mundo” (LAGES, 2002, p. 166). Ao assumir o dever, a tarefa [*Aufgabe*] o tradutor renuncia [*aufgeben*] à vida do original em favor da continuação dessa vida em outra língua, nem na língua do original, nem na língua do tradutor. A tradução “significa uma língua mais elevada do que ela própria [...] permanecendo com isso inad-

quada a seu próprio conteúdo [...] grandiosa e estranha” (BEJAMIN, 2001, p. 201). A reconciliação predeterminada, a não estranheza das línguas entre si aparecem no estranhamento da linguagem da tradução, estranhamento em relação ao outro e estranhamento em relação ao próprio. Plenitude só pode significar algo de grandioso oferecido ao mundo *pós-babélico*; grandiosidade interdita, apesar da sua busca, encaminhada por tentativas, ser renúncia, ao mesmo tempo é dever [*Aufgaben*]. A tradução visa à língua que a ultrapassa e a faz precária: a tarefa do tradutor faz a língua da tradução ser tão estranha quanto a estrangeira (histórica, linguística e culturalmente estrangeira a língua do original), para que possa visar, sempre como *tentativa*, o que há de afim⁴ entre as línguas.

Dessa forma a tradução pode revelar a afinidade oculta entre as línguas estranhas, afinidade que se apresenta pela ideia de reconciliação dos *modos de designar* que se excluem, mas para além deles mesmos e nas relações entre si se complementam no que W. Benjamin chama de pura língua: “Essa língua, porém, em que frases, obras e juízos isolados jamais se entendem, razão pela qual, entretanto, as línguas permanecem dependentes da tradução é aquela na qual, entretanto, as línguas coincidem entre si, completas e reconciliadas no seu modo de designar” (BEJAMIN, 2001, p. 205). Percebemos que existe entre tradução e original uma relação *vital*, uma relação acerca da continuação e desdobramento da vida do original, a tradução estabelece relação com original para além da vida deste, garantido sobre seu caráter de passado a desestabilização que garante a passagem da língua do original da rigidez do cânone à dinâmica de uma nova vida, em outro tempo, em outra língua, numa *outra* vida. Percebemos também que a sobrevivência do original na tradução se relaciona a algo de essencial, mas interdito que existe entre as línguas. Algo na continuidade do original revela uma essência para além da individualidade da língua do original e da tradução, uma força – uma *frágil força*, tal qual um *heliotropismo* – que indica que as línguas não são totalmente estranhas entre si, afinidade revelada pela estranheza entre língua do original e da tradução. Seguindo o prefácio sobre a tarefa-renúncia do tradutor, Walter Benjamin apresenta mais detalhes sobre esta ideia.

A sobrevivência do original, a sobrevivência de sua língua na outra vida que é o choque com a língua da tradução, deve ser encarada como

4. “Afim: adj. [...] XVI. Do latim *affinis* ‘vizinho [...]’ (CUNHA, 2007, p. 20) Verbete “afim” no Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa.

uma desestabilização do original – De Man fala em “desanonização”. Esta “desestabilização” do original, ao contrário do que possa parecer, não interdita a um fim a-histórico, messiânico, a produtividade do traduzir, e isto precisa ser mais uma vez enfatizado. Ao contrário do que também uma razoável parcela de certa bibliografia tende a apresentar, a destruição do original – bem como a destruição da estabilidade da língua do tradutor, lembremos do Sófocles de Hölderlin⁵ – já pressupõe a produtividade, visando sempre o momento da construção. Mais uma vez nas esclarecedoras palavras de Susana Lages:

Como o tempo, uma tradução é caracterizada por uma certa instabilidade, uma vez que se define como mediadora, não apenas entre as duas culturas espacialmente distantes, mas também entre dois momentos históricos diversos. A tradução ocupa um espaço de *passagem*, no qual não se fixam momentos cristalizados, identidades absolutas, mas se aponta continuamente para a condição diferencial que a constitui. Simultaneamente excessivo e carente, poderoso e impotente, sempre o mesmo texto e sempre um outro, o texto de uma tradução ao mesmo tempo destrói aquilo que o define como original – sua língua – e o faz reviver por intermédio de uma outra língua, estranha estrangeira. (LAGES, 2002, p. 215)

Acompanhamos até agora que a tradução não se dirige ao leitor – bem como o original também não se dirige – que a autêntica tradução se relaciona exclusivamente àquilo que no original permanece, na transformação e na descontinuidade, na *maturação*, na sobrevivência da sua linguagem. Pudemos também acompanhar que nem por visar à originalidade – à gênese – do original a tradução pode ser lhe semelhante; ao contrário, é na exclusão da semelhança, na apresentação da essência mutável de ambas as línguas, na descontinuidade dos modos de designar que se pode visar à afinidade entre as línguas, que na língua da tradução recobre o conteúdo original como, nas palavras de W. Benjamin, como dobras de um “manto real” (BENJAMIN, 2001, 201). As dobras da linguagem da tradução elevam a vida do original, como comentamos, para apresentá-la naquilo que ultrapassa ambas as linguagens – tanto a língua do original quanto a língua do tradutor – na visada à pura língua. Por isso a tarefa do tradutor é “insolúvel” – sem deixar de ser tarefa é já renúncia [*Aufgabe / aufgeben*] – “insolúvel numa solução qualquer” (BENJAMIN, 2001, p. 205). Só a visada – enquanto tarefa – à língua

5. Ver: CAMPOS, Haroldo de. *A Palavra Vermelha de Hölderlin*. In: CAMPOS, Haroldo de. *A Arte no Horizonte do Provável*. São Paulo: Perspectiva, 1977. pp. 93-108.

pura – enquanto renúncia – pode ultrapassar a singularidade e o isolamento das línguas individuais.

A relação entre visada, o visado e modo de visar – a designação, o modo de designar e o designado, o simbolismo, o simbolizante e o simbolizado, figuram no ensaio benjaminiano como contraexemplos, como a utilização das metáforas na evidenciação do caráter não metafórico, na interpretação demaniana, do lugar do sentido na filosofia da linguagem benjaminiana. O sentido, para Walter Benjamin, “não se esgota no designado”. A transmutação do sentido na relação original-tradução deve voltar-se para além do designado – que permanece isolado nos modos de designar tomados como autônomos. A crítica à tradição da representação explicita-se na separação entre significante e significado pela indicação da necessidade de ultrapasse daquele, em nome deste, extrapolação apresentada pelo reconhecimento da precariedade do modo de designar em relação ao objeto da designação, pela constatação do sentido para lá do designado.

Se a tradução deve visar o quê está além das singularidades das línguas em suas afinidades, não é possível entender a tradução como reprodução de semelhanças ou como transmissão de sentido – se o essencial está para além disso. O essencial ultrapassa a singularidade da língua, o quê elas partilham de essencial não pode ser identificado assim as suas singularidades, mas ao mesmo tempo não pode partir senão delas:

Toda afinidade meta-histórica entre as línguas repousa sobre o fato de que, em cada uma delas, tomada como um todo, uma só e mesma coisa é designada, algo que, no entanto, não pode ser alcançado em nenhuma delas, isoladamente, mas somente na totalidade de suas intenções reciprocamente complementares: na pura língua. (BENJAMIN, 2001, p. 199)

No interior da multiplicidade das línguas as coisas são designadas, mas os modos de designar são diferentes (a diferença, no original, entre *Gemeinte* e *Art des Meinens*) (BENJAMIN, 2001, p. 199). Esses modos de designar que, para Benjamin, “em última instância, almejam excluir-se mutuamente” (BENJAMIN, 2001, p. 199), pertencem também àquela vida linguística em constante transformação – que na verdade têm na junção benjaminiana de vida e história, o emblema da transformação que (pode) apresentar o essencial, ao invés de se opor a ele, que em muitos momentos aparece como pura negatividade – e que por se transformar *pode* – deveria, talvez – se harmonizar com o designado, na pura língua. A reconstrução do modo de

designar do original – que almeja aquela harmonia, a conversão da forma peculiar – e por isto múltipla nas várias linguagens – no próprio designado, na língua pura é comparada, em uma das mais belas imagens de Walter Benjamin, a reconstrução da ânfora, onde os fragmentos não voltarão à integridade anterior à quebra, mas devem *reconfigurar* “amorosamente” àquele todo perdido: “[...] a tradução deve ao invés de procurar assemelhar-se ao sentido do original, ir reconfigurando, amorosamente, chegando até aos mínimos detalhes, o modo de designar do original, fazendo assim com que ambos sejam reconhecidos como fragmentos de uma língua maior, como os cacos são fragmentos de um vaso” (BENJAMIN, 2001, p. 207). Original e tradução como fragmentos de uma língua maior, no movimento de reconciliação motivado pela tradução que “inflama na continuação da vida das obras o infinito reviver das línguas” (BENJAMIN, 2001, p. 199).

Dessa forma a “pura língua” é apresentada como possibilidade da harmonia das formas de visar das linguagens diversas: “[...] Nas línguas tomadas isoladamente, incompletas, aquilo que nelas é designado nunca se encontra de maneira relativamente autônoma, como nas palavras e frases isoladas; encontra-se em constante transformação, até que da harmonia de todos aqueles modos de designar ele consiga emergir como pura língua” (BENJAMIN, 2001, p. 199). A passagem do designado ao modo de designar (*Gemeinte* e *Art des Meinens*), sua diferenciação enquanto reconhecimento do encargo do tradutor, visando – apenas visando – a harmoniosa complementação, onde o visado e modo de visar se fundem.

O que determina o sentido – “poético” – para o original é a “maneira com que o designado se liga ao modo de designar” (BENJAMIN, 2001, 207), e não a relação imposta entre ambos, e que na tradução é aquela visada à harmonia ideal dos modos de designar. A famosa metáfora do vaso quebrado apresenta esta imagem benjaminiana tão importante ao longo de toda a sua filosofia:

Assim como os cacos de um vaso, para poderem ser recompostos, devem seguir-se uns aos outros nos menores detalhes, mas sem se igualar, a tradução deve, ao invés de procurar assemelhar-se ao sentido original, ir reconfigurando, em sua própria língua, amorosamente, chegando até aos mínimos detalhes, o modo de designar do original, fazendo assim com que ambos sejam reconhecidos como fragmentos de uma língua maior, como cacos são fragmentos de um vaso. (BENJAMIN, 2001, p. 207)

Retenhamos alguns elementos desta citação. Primeiro fica evidente a influência da mística luriânica⁶ na metáfora do vaso. Além disso, temos a ideia da recolocação dos fragmentos, que não podem nem devem ser coincidentes também é fundamental. Outro elemento que deve ser ressaltado nesta imagem benjaminiana é a noção de *reconfiguração*, no interior na língua de chegada, dos modos de designar do original, evidencia mais uma vez o caráter transformador da tradução, que no interior desta transformação visa algo que não muda, que é chamado de essencial, e que se apresenta como o que forma uma unidade na fragmentação dos modos de designar no próprio designado: só ultrapassado pelas descontinuidades da pluralidade dos modos de designar o designado purifica-se das pretensões da representação e pode talvez afirmar em seu isolamento algo que vai além dele – em direção à coisa mesma, na senda imaginada, para uma língua pura que restituiria o que da coisa jamais é apreensível.

O messianismo da filosofia da linguagem de Walter Benjamin não pode ser compreendido senão como contrapeso à imanência, a materialidade do mundo e das palavras, para que não sejam simplificadas.

A tradução não pode dessa forma meramente reproduzir o sentido do original a relação entre tradução e original deve ser compreendida, para Walter Benjamin, como uma relação – na sobrevida deste – de afinidade entre as línguas em direção – apenas em direção – a língua pura. Nas palavras de W. Benjamin:

Diante do sentido, sua língua tem o direito, aliás, o dever, de desprender-se, para fazer ecoar sua própria espécie de *intentio* enquanto harmonia, complemento da língua na qual se comunica, e não sua *intentio* enquanto produção de sentido. (BENJAMIN, 2001, p. 207-209)

A autonomia do simbolizado em relação à noção de sentido, a fidelidade à palavra estrangeira em favor da recriação poética da língua tem

6. Nas sempre belas palavras de Jeanne Marie Gagnebin: “Esta comparação [na metáfora da ânfora estilhada] provém da mística de Isaac Luria, que, respondendo à deportação dos judeus da Espanha em 1492, ensina a profunda copertença da História e do Exílio. Na criação, Deus opera uma espécie de autolimitação, de contração que permite ao mundo surgir num ‘lugar’ ocupado somente por sua plenitude inominável. A luz divina, que emana do Criador, é tão forte que as criaturas, semelhantes a frágeis recipientes de argila, não conseguem retê-la e quebram. Esta quebra dos vasos ou *Schebira* está na fonte desta des-ordem originária da qual sofre o mundo, deste estilhaçamento, desta disposição universal à qual somente a recolha messiânica porá fim. Notemos aqui que Deus mesmo está afetado por esta fratura essencial; sua *Schechina*, sua ‘presença’, interpretada às vezes também como sua metade feminina, separa-se dele e toma o caminho do exílio” (GAGNEBIN, 1999, p. 26).

como exemplo emblemático as *transcrições*⁷ de Hölderlin sobre a poesia de Sófocles.

A sobrevida do original marca o fim de sua própria vida: a tradução expõe no desdobramento da língua do original o caráter histórico – a marca da humanidade das linguagens á qualquer coisa de permanente, chamada por Benjamin de pura língua – da vida da língua do original, transportando-a, como já apresentamos, para outros ares, outra atmosfera, “mais elevada”, menos propícia à vida, mas muito mais favorável àquilo que ultrapassa a marca do histórico – e da vida linguística do original – no todo da língua, o Benjamin chama de essencial. Essência como contrapeso do que se deve reter acerca da tradução: é do estranhamento, da colisão entre as línguas diferentes, que talvez possa ser revelado algo de verdadeiro, até então escondido pelas pretensões de comunicação de sentido ou de semelhança de conteúdo: as afinidades entre as línguas que, como resquícios de algo linguisticamente puro – interdito ao âmbito da vida não linguística – sinal das afinidades percebidas no que pode aparecer como maior – maior que ambas as línguas, do original e língua do tradutor – junção no fragmentário, como na imagem do vaso da mística luriana, im-posta como tarefa insolúvel enquanto acabamento, baseada no ritmo da tentativa. Não pode haver resquícios da pura língua senão na materialidade (no caráter profano, na obra posterior de Benjamin) da multiplicidade das línguas humanas, por isso a tradução visa às palavras, no que no interior de cada língua elas possuem de estranho entre si, para apresentar (incompletamente) a verdade fundamental de que a linguagem é mais do que o que se comunica através dela, é maior do que a junção de todas as palavras, maior que a união de todas as línguas; a verdade de que do interior da linguagem não há a supremacia do humano, um domínio intuído pela ideia de que o que existe além aparece fugazmente nos abalos inerentes à tarefa do tradutor.

A filosofia da linguagem de Walter Benjamin apresentada no prefácio acerca da tarefa-renúncia do tradutor torna mais complexa a ideia tradicional de representação indicar que sempre resta algo na equação da linguagem, resta algo para além, tanto da própria palavra, em sua materialidade, quanto daquilo que ao longo da história da língua – da sobrevida de nossa linguagem cotidiana – constitui o que entendemos por conhecimento, verdade e

7. Na expressão de Haroldo de Campos citada por Gagnebin (GAGNEBIN, 1999, p. 25), do texto que também citamos acima.

experiência. A semântica epistemológica reage – de maneira a evidenciar, como nos testes químicos entre substâncias – a riqueza tanto da polissemia histórica das palavras quanto da história da própria experiência constituída a partir da linguagem.

A referência ao simbólico aparece de forma elucidativa aqui. Tradicionalmente a ideia de símbolo remete a noção de reunião – talvez em algum momento também no ritmo da tentativa – de algo já separado. A reunião do simbolizante e do simbolizado evoca o “devir das línguas” que a partir das afinidades apresentadas pelo choque entre as línguas do original e da tradução visarão – como uma espécie de heliotropismo – a ideia da pura língua. Sem ultrapassar a materialidade e algo da vida linguística do original a visada da tradução faz referência nas línguas ao que Walter Benjamin chama de um sentido “grave” [*Schweren*] e “estranho” [*fremdem*] – o sentido que em outra ocasião foi chamado de “monstruoso” que não é outro senão a certeza que a linguagem é tão pouco natural – inumana (De Man) – quanto maior que a espessura cotidianamente atribuída à função comunicativa. Benjamin continua: “Desvinculá-la” da ideia de mera comunicação “transformar o simbolizante no próprio simbolizado, recobrar a pura língua plasmada no movimento da linguagem – esse é o único e grandioso poder da tradução” (BENJAMIN, 2001, p. 209).

A relação entre as línguas do original e tradução evidencia assim este “movimento da linguagem”, a sua vida autônoma em relação a sua função comunicativa, a dignidade da linguagem que recobre a filosofia de história de Walter Benjamin com uma luz peculiar. Acompanhemos uma das passagens da teoria da tradução de W. Benjamin para seu conceito de história a partir de algumas ideias de Paul de Man em seu texto sobre o ensaio de Benjamin, o conhecido texto *Conclusões, 'A Tarefa do Tradutor' de Walter Benjamin* (DE MAN, 1989).

Paul De Man assinala com propriedade uma das configurações entre original e tradução presentes no ensaio de W. Benjamin. A distinção entre tradução e poesia apresentada por Benjamin (BENJAMIN, 2001, p. 203-205) enfatiza, de acordo com a leitura de De Man, o caráter “secundário” – em relação à linguagem do original – da tradução. O original precede a tradução no sentido desta agir sobre os desdobramentos posteriores a ele – mesmo que seja a partir de sua sobrevida, ou nas palavras de Benjamin, sobre a vida posterior ou continuação da vida do original. Assim como a passagem do original – de algo do original – para além dele mesmo – além, também, da

própria linguagem do tradutor – efetuada pela tradução só se dá nos domínios da vida linguística, estamos de acordo neste aspecto com a leitura demaniana da relação entre tradução, crítica e história com seus originais:

Todas [estas] atividades – a filosofia crítica, a teoria literária, a história – se assemelham no fato de não se assemelharem àquilo de que derivam. Mas todas elas são intralinguísticas: relacionam-se com aquilo que no original pertence à linguagem, e não com o sentido como correlativo extralinguístico suscetível de paráfrase e imitação. Desarticulam, desfazem o original, revelam que o original esteve sempre já desarticulado. Revelam que o seu malogro, que parece ser devido ao fato de serem secundárias em relação ao original, revela uma malogro essencial, uma desarticulação original que se encontrava já no original. Matam o original, ao descobrirem que o original já estava morto. Leem o original da perspectiva de uma língua pura (*reine Sprache*), uma língua que seria inteiramente liberta da ilusão do sentido – forma pura, se assim o quiserem; e, ao fazê-lo, trazem à luz um desmembramento, uma descanonização que já lá se encontrava no original desde o princípio. (DE MAN, 1989, p. 113)

Dois aspectos enfatizados por Paul De Man possuem um papel central em nossas discussões. Primeiro a relação entre crítica, tradução e história, secundárias em relação aos seus originais, mas como possibilidade de desdobramento daquilo que é essencial aos originais, que se encontra na linguagem deles. No ensaio sobre a tarefa do tradutor Benjamin compara crítica e tradução, atribuindo a segunda especial importância na apresentação da continuação da vida das obras (BENJAMIN, 2001, p. 203). À história não é atribuído explicitamente esta capacidade de desdobrar a vida do original, sendo identificada com este próprio desdobrar, na peculiaridade da vida histórica. Mas, na obra posterior de Benjamin, a história recebe sim este poder de desdobrar a vida do passado, enquanto sobreviva, ou morte, como nos diz De Man, desdobramento também a partir de um movimento de desestabilização, de descanonização, de destruição daquilo que no passado representa harmonia – transformar o inacabado em algo acabado, e o acabado em algo inacabado (BENJAMIN, 2006, p. 513) [N 8, 1] – para evidenciar aquilo que da morte pode representar vida, da interrupção, continuidade. Se a crítica literária, em relação à tradução, apresenta “um momento ainda que menor, na continuação da vida das obras” (BENJAMIN, 2001, p. 203), a história claramente ocupa um lugar proeminente entre elas, não em questão de hierarquia, mas de raio de alcance: a crítica sobre uma obra, a tradução sobre a linguagem, a história sobre o passado.

O segundo aspecto enfatizado por De Man tem grande importância em nossos desenvolvimentos. História e tradução se equivalem no procedimento de se relacionar com seus originais a partir da linguagem desses, buscando para além da “ilusão do sentido”, na historiografia a ilusão da representação do passado, da captura de uma verdade passiva, a ser descoberta na apreensão do que foi como ele era; nas ciências humanas o desejo de sempre colonizar o outro, transformar seu caos em saber, cosmo. A *reine Sprache* é a perspectiva da recusa e da destruição desta ilusão, é o contrapeso que trava a balança, lançando ao chão os pratos nos quais se equilibram representação e objeto, subjetividade e objetividade, imanência, materialidade e história enquanto processo; *reine Sprache* que aparece como os motivos teológicos na teoria da linguagem, simplesmente interditando qualquer segurança acerca do conhecimento sobre a linguagem, desestabilizando qualquer tentativa de conhecer (com) a língua, pelo reconhecimento de que razão e verdade são irmãs, e não podem legislar uma sobre a outra; *reine Sprache* que na tradução se encontra na afinidade, na continuidade entre as línguas estranhas, e que na história aparecerá, na crítica às construções historiográficas estáveis, harmônicas, totais: pela acentuação do que lá está morto algo de vida, talvez, possa continuar.

Dois elementos assinalam as considerações de Paul de Man acerca da demarcação, por parte de Walter Benjamin, dos conceitos de “designado”, *Das Gemeinte* e “modo de designar”, *Art des Meinens*. Primeiro, o questionamento por parte de Walter Benjamin, do que De Man chama de “ilusão do sentido” – que, como também notou De Man, reaparece na filosofia do conhecimento de Benjamin (DE MAN, 1989, p. 111) – e a crítica à ideia de intencionalidade da linguagem humana, atribuindo à linguagem um lugar específico, não-intencional – pelo menos de parte da linguagem – um “lugar” que Walter Benjamin qualifica como “mágico”, reconhecendo a este âmbito o caráter essencial. Paul De Man utiliza a ideia do “inumano” para caracterizar o conceito de pura língua de Walter Benjamin. Ao fim de seu texto, De Man, ao ser questionado – na transcrição do debate – esclarece seu conceito de inumano:

O ‘inumano’, [...] não é uma espécie de mistério qualquer, ou uma espécie de segredo; o inumano é: estruturas linguísticas, o jogo de tensões linguísticas, acontecimentos linguísticos que ocorrem, possibilidades que são inerentes à linguagem – independentemente de qualquer intento [...] ou de qualquer aspiração ou de qualquer desejo que possamos ter. (DE MAN, 1989, p. 126)

Acreditamos ser bastante pertinente a observação de De Man. O âmbito da pura língua é aquilo de linguístico que escapa às intenções, a representação como tradicionalmente entendida, ao mero transporte de sentido.

A teoria da tradução presente no prefácio sobre a tarefa do tradutor assinala dessa maneira a disjunção (De Man) inerente à linguagem – que marca não apenas o conhecimento sobre, mas o próprio passado particularmente, e também de maneira mais ampla, toda produção humana marcada pelo sinal da linguagem, pelas ordens do discurso. Teoria como tradução seria o imperativo ao redor da consideração do caráter *inumano* de qualquer *humanidade*.

Acreditamos ser possível assinalar algumas conexões entre os desdobramentos da teoria da tradução benjaminiana no âmbito das teorias do conhecimento histórico em particular e das formas de conhecimento das ciências humanas em geral.

Por mais específica que seja a tradição de pensamento no qual o prefácio benjaminiano está inserido, bem como suas leituras ao longo de sua breve recepção crítica, percebemos como tema de sua própria teoria da tradução a ideia de apropriação teórica, tradução para outros campos do saber, daquela peculiar concepção de linguagem para fazer justiça à natureza complexa e nunca totalmente apreensível dos objetos do saber.

O referido pressuposto, ao contrário de nos encaminhar a qualquer relativismo, reforça a necessidade da produção do conhecimento para a compreensão de seus próprios limites e possibilidades, a partir das condições dadas, das demandas contemporâneas.

Apresentar dessa forma o tema da teoria como tradução visa tanto uma teoria do conhecimento histórico como mesmo uma epistemologia das ciências humanas que, ao reconhecerem à complexidade e heterogeneidade de seus “objetos”, não apenas por conta do caráter linguístico de seus discursos, mas também pelo teor de tradução – tradução para outro tempo, outra língua, outro contexto teórico-epistemológico, outro campo do saber; tradução do sempre inteiramente outro em favor de sua diferença imanente – se abram aos múltiplos saberes que seus objetos singularmente portam em favor de um saber científico, de qualquer campo teórico e/ou referencial discursivo.

THEORY LIKE TRANSLATION: NOTES ON EPISTEMOLOGY OF HUMANITIES
BY BENJAMIN'S THEORY OF TRANSLATION

Abstract: This paper aim is to sketch some levels of Benjamin's translation theory in order to set, *translate* some of his concepts of the theory of language and translation into the epistemological reflections of the humanities. Based on his famous essay on the Task of the Translator, the content will extend to his theory of language in order to consider the challenges and perspectives of the humanities epistemologies electing the theory of historical knowledge as a paradigm. The aim is not limit the variety of theoretical perspectives of the humanities only to the contemporary theory of history, on the contrary, the theme of the theory of historical knowledge should be included as a possibility to open perspectives in other disciplines, on the assumption that the human sciences deal with the from different discourses on the same problems – interference, transpositions to openings, are the very theme of Benjamin's theory of translation, as we shall see.

Key words: Theory; translation; epistemology.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *A Tarefa do Tradutor*. In: BENJAMIN, Walter. *Escritos Sobre Mito e Linguagem*. Organização, apresentação e notas Jeanne Marie Gagnebin, tradução Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2011.

_____. *Passagens*. Edição alemã de R. Tiedemann, organização e edição brasileira de Willi Bolle; colaboração na edição brasileira de Olgária C. F. Matos; tradução do alemão de Irene Aron; tradução do francês de Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.

_____. *A Tarefa – Renúncia do Tradutor*. In: HEIDERMAN, Werner (Org). *Clássicos da Teoria da Tradução. Antologia bilingue*. Tradução de Susana Kampff Lages. Volume I. Alemão-Português. Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução, 2001.

_____. *Selected Writings*. Volume 1 (1913-1926). Editado por Marcus Bullock and M. W. Jennings. The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, London, England, 2000.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Ass. Cláudio Mello Sobrinho... [et. al.]. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2007.

DE MAN, Paul. *Conclusões: 'A Tarefa do Tradutor' de Walter Benjamin*. In: DE MAN, Paul. *A Resistência À Teoria*. Lisboa, Edições 70, 1989.

DERRIDA, Jacques. *Torres de Babel*. Tradução de Junia Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

LAGES, Susana Kampff. *Walter Benjamin: Tradução e Melancolia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

PRESSLER, Gunter Karl. *Benjamin, Brasil: A recepção de Walter Benjamin, de 1960 a 2005*. São Paulo: Annablume, 2006.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Ler o Livro do Mundo: Walter Benjamin, Romantismo e Crítica Poética*. São Paulo: Editora Iluminuras, 1999.

Sobre o autor

JOSIAS JOSÉ FREIRE JR. Professor da Faculdade Sulamérica Goiânia. Graduado (2008) e Mestre (2010) em História pela Universidade Federal de Goiás. Doutorando pela mesma Universidade. Pesquisa nas áreas de Didática, Teoria e Filosofia da História.

Recebido para avaliação em 05 de maio de 2012

Aceito para publicação em 30 de junho de 2012